

# REPRESENTAÇÃO E CONTEXTO: A CRÍTICA DE MILLIKAN A DRETSKE

*Karla Chediak*

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

**Resumo:** Discuto, neste artigo, duas críticas que Ruth Millikan dirige à teleosemântica informacional proposta por Fred Dretske. A primeira relaciona-se à noção de informação natural e a segunda à impossibilidade de representar indivíduos. As duas críticas têm o mesmo fundamento - o fato de a teleosemântica informacional de Dretske ser independente de contexto (context-free). Argumento que Millikan está correta apenas em relação à primeira crítica, mas que ela não está inteiramente correta em relação à segunda crítica. Embora seja independente de contexto, a teleosemântica proposta por Dretske tem papel explanatório em relação a alguns tipos de representações.

**Palavras-chave:** Millikan, Dretske, representação, informação, contexto

**Abstract:** In this paper I discuss two criticisms that Ruth Millikan addresses to the informational teleosemantics proposed by Fred Dretske. The first relates to the notion of natural information, and the second to the impossibility of representing individuals. Both criticisms have the same basis - the fact that Dretske's informational teleosemantics is context-free. I argue that only the first criticism is correct, and not the second one. Although context-free, Dretske's teleosemantics has an explanatory role for some kinds of representations.

**Keywords:** Millikan, Dretske, representation, information, context

Neste artigo, discuto duas críticas que Ruth Millikan dirige à teleosemântica informacional de Fred Dretske. A primeira diz respeito à concepção dretsiana de informação natural e a segunda relaciona-se à

impossibilidade de representar indivíduos. Ambas as críticas têm o mesmo fundamento, a saber, o fato de ela ser uma semântica que não leva em conta o contexto.

De acordo com Millikan, um dos problemas das semânticas naturalistas<sup>1</sup> é que elas não dão conta das representações de indivíduos, restringindo-se às representações predicativas. Essa deficiência estaria relacionada ao fato de essas abordagens naturalistas não levarem em conta o contexto na determinação do conteúdo da representação. Essa crítica dirige-se particularmente à teleosemântica informacional proposta por Dretske, que ela denomina de “informação natural independente de contexto” (*context-free*) (MILLIKAN, 2006, p. 35). Diz Millikan: “Por exemplo, quando Dretske explica o que é para um signo carregar a informação que *s* é *F*, ele se concentra inteiramente na representação de *F*, nada nos dizendo sobre o que seria para *t* em vez de *s* ser representado como sendo *F*” (*Idem*). Representar um indivíduo predicativamente é representá-lo por meio de propriedades que podem ser atribuídas a outros indivíduos; porém, a particularidade da informação, o seu caráter individual não é dado por meio da atribuição dessas propriedades, mas só é capturado quando se introduz o contexto que não é parte do conteúdo representacional.

De modo geral, tanto Millikan quanto Dretske consideram informação como sendo aquilo que um signo veicula e a informação natural como sendo aquela veiculada por um signo natural. Signos naturais estão objetivamente relacionados aos eventos sobre os quais informam e são eles mesmos eventos ou estados do mundo. Seus significados são naturais (*natural meaning*) e isso quer dizer que eles não são determinados por aqueles que o utilizam nem estão sujeitos a correção, distinguindo-se, assim, de signos intencionais, que são corrigíveis. Por exemplo, fumaça só informa fogo se ela tiver sido produzida pelo fogo (DRETSKE, 1995a; MILLIKAN, 2002).

Para explicar a distinção entre um signo natural e um signo intencional, ambos os autores recorrem ao conceito de função ou de

---

<sup>1</sup> A semântica naturalista visa a explicar semanticamente a atividade cognitiva presente na forma como os animais interagem com o meio ambiente. O termo “representação” é utilizado numa perspectiva naturalista para designar instâncias físicas, estruturas ou eventos neurofisiológico-corporais, aos quais se poderia atribuir conteúdo. Tais estruturas ou eventos teriam sido formados ou por meio da evolução biológica ou por experiência e aprendizado, ou ainda por uma combinação de ambos de modo a covariar com certos estados do ambiente, a fim de permitir que animais explorassem as informações disponíveis no ambiente, importantes para guiar seu comportamento. Por terem conteúdo, representações estão sujeitas à correção, ou seja, podem informar erroneamente. Para explicar como é possível representar erroneamente, Dretske, bem como Millikan, relacionam representação ao conceito de função, assumindo assim uma perspectiva teleosemântica, que relaciona o conceito de função ao de normatividade e à possibilidade de correção.

propósito<sup>2</sup>. É o fato de ter propósito que permite se explicar a principal característica do signo intencional – a de ser corrigível.

Segundo Dretske, representar é ter função de carregar informação natural e, embora Millikan critique essa caracterização por considerar que a noção de informação aí implicada é problemática, ela não discordaria que o que está sendo veiculado por meio das representações são informações relevantes para a ação do organismo. O problema está na maneira pela qual Dretske trata a informação natural.

Em *Knowledge and the flow of information*, Dretske sustenta que só há informação se a probabilidade condicional do signo que carrega informação for igual a 1, ou seja, se o signo que carrega informação estiver atrelado ao emissor por meio de uma relação nomológica<sup>3</sup>.

No entanto, Millikan observa que não é correto considerar que as informações adquiridas por meio de representações estejam assentadas em relações nomológicas. E nisso, ela tem razão. Os signos que carregam informação relevante para os organismos não precisam ter caráter absoluto; eles precisam carregar apenas informação localmente relevante. O único tipo de informação de que depende o sistema cognitivo de um animal é aquela que está disponível no seu ambiente e que tem relação com a frequência estatística local, e não com lei natural (MILLIKAN, 2006, p. 32).

Por exemplo, se um animal de uma espécie 'x' deixa pegadas numa mata, essas pegadas são signos representacionais de que um animal dessa espécie passou por ali. Porém, se outro animal, de uma espécie 'y', também

---

<sup>2</sup> Millikan sustenta uma visão extensiva de intencionalidade, caracterizada apenas por dois aspectos: poder ser acerca de coisas que não existem e poder ser incorreta. Ela se aplica aos casos limítrofes de intencionalidade que ela denomina de "casos zero", como por exemplo, "cada um dos vários "mensageiros" químicos que correm na corrente sanguínea" (MILLIKAN, 2000, p. 26). Nesse mesmo artigo, *Some different ways to think*, ela aceita que se pode questionar o uso do termo "representação" para designar estruturas tão simples, mas, de modo geral, ela utiliza o termo "representação" tão extensivamente quanto o termo "intencionalidade", ou seja, com o mesmo sentido de signo em geral. É assim que utilizarei aqui o termo "representação", como sendo equivalente a "signo": "Signos são coisas aptas para serem usadas por usuários de signos. Signos intencionais são signos produzidos com o propósito de serem usados por usuários de signos" (MILLIKAN, 2006, p. 73). Para a determinação do conteúdo do signo deve se levar em conta os consumidores dos signos e não somente seus produtores. Em muitos casos, trata-se do mesmo organismo, mas em muitos outros não, como acontece na relação de comunicação entre animais.

<sup>3</sup> O problema, apontado por Millikan, com a proposta da semântica informacional de Dretske reside nessa exigência de que a probabilidade condicional do signo que carrega a informação seja igual a um, pois isso significa que a relação informacional natural tem de estar baseada em relações infalíveis, que não permitem exceção. O conceito de informação natural apresentado por Dretske talvez seja adequado e satisfeito quando consideramos relações informacionais presentes nas relações estritamente físicas e químicas, mas, quando consideramos as relações informacionais presentes nas relações que envolvam seres vivos ele não parece adequado.

é capaz de deixar pegadas semelhantes, conclui Dretske, as pegadas não são informativas. De acordo com sua teoria informacional, só haverá informação se: (1) um único emissor emite uma única informação -  $E_1 \rightarrow S_1$ ; (2) um único emissor emite informações diferentes -  $E_1 \rightarrow S_1, S_2$ ; mas não poderá haver informação quando emissores distintos enviam a mesma mensagem -  $E_1$  e  $E_2 \rightarrow S_1$ . Nesse caso, nenhuma informação é transmitida.

Millikan afirma que o problema com a noção de informação natural em Dretske é não levar em conta o contexto na relação entre o signo e o emissor<sup>4</sup>. Embora do ponto de vista estreito, ou seja, considerando-se apenas a forma das pegadas, não haja distinção entre as pegadas deixadas pelas espécies 'x' e 'y', há certamente elementos associados ao ambiente que poderiam fazer diferença e ajudar a identificar seu portador. Dados relativos ao local, ao tipo de solo e ao tempo em que a pegada foi deixada estão relacionados ao ambiente e ao modo de vida do animal e provavelmente são necessários para a individuação da informação que o signo carrega, pois a informação relevante para os animais é a informação local.

Assim, ainda que as pegadas deixadas por um certo animal de uma certa espécie em um lugar  $L_1$  sejam idênticas às pegadas deixadas em um lugar  $L_2$  por outro animal de uma outra espécie, as pegadas são informativas, pois o signo não informa apenas a forma da pegada, mas informa outras coisas acerca do ambiente em que o signo ocorre, sendo, por isso, contextuais. Então, a pegada com a forma F em  $L_1$  indica animal da espécie 'x' e a pegada com a forma F em  $L_2$  informa animal da espécie 'y', podendo assim ser utilizadas pelos animais que possam identificá-las.

Millikan está correta ao afirmar, contra Dretske, que os signos relevantes para a aquisição de informação sobre o ambiente por parte dos animais e para sua comunicação são os signos locais, e que eles devem ser

---

<sup>4</sup> A crítica que Millikan dirige a Dretske quanto ao conceito de informação natural por ele utilizado, embora correta, não afeta gravemente a teleosemântica informacional, pois pode ser incorporado a essa proposta um conceito menos estrito de informação sem que se comprometa a teoria. Em *Explaining Behavior*, Dretske considera situações menos estritas. Um de seus principais exemplos não satisfaz a exigência de probabilidade condicional igual a 1. Ele diz que quando alguém ouve a campainha tocar, acredita que tem alguém apertando a campainha. Não há lei natural que garanta que apenas pessoas toquem campainha e nada impede que outros animais aprendam a fazer isso. Em geral, eles não fazem isso, mas podem aprender a fazê-lo. E se isso ocorresse o signo não carregaria mais a mesma informação. Diz ele: "Em muitos casos de interesse biológico, um signo - algum indicador interno no qual um animal confia para localizar e identificar, digamos, comida - só terá este tipo de validade local. Ele será, isto é, um indicador confiável só no habitat natural do animal ou em condições que se aproximam das do habitat. As moscas, por exemplo, quando lhes é dada uma escolha entre o açúcar de frutose nutritivamente sem valor e um pouco de substância nutritiva como sorbitol, escolherão invariavelmente a substância nutritivamente sem valor e morrerão de fome. Surpreendente? Não realmente" (DRETSKE, 1995a, p. 57).

interpretados como sendo representações locais, em que os elementos situacionais ou contextuais fazem parte do conteúdo informativo do signo. E ainda que devam ser pensadas como mais ou menos independentes das relações nomológicas, as informações utilizadas pelos organismos não devem ser consideradas frutos de mera coincidência. Deve haver, nos diz Millikan, algo entre as frequências estatísticas resultantes da mera coincidência e a necessidade da lei natural (MILLIKAN, 2000, p. 234). Isso seria o suficiente para gerar as regularidades ambientais locais necessárias para que os animais possam utilizá-las.

Um outro problema, apontado por Millikan, em relação à teleosemântica informacional proposta por Dretske, que se baseia em leis naturais e ignora o contexto, está no fato de essa abordagem não dar conta da representação de indivíduos e se limitar apenas à discussão de representações predicativas (MILLIKAN, 2006, p. 35). Para Millikan, para que uma representação represente o indivíduo enquanto indivíduo, e não por meio de uma propriedade, é necessário que seja considerado o caráter local, contextual, da informação. O contexto deve ser considerado quando se aborda tanto as representações simples, não lingüísticas e não conceituais, denominadas por Millikan de representações *pushmi pullyu*, quanto quando se abordam representações complexas e lingüísticas.

Os signos representacionais do tipo *pushmi pullyu* são representações básicas, simples, presentes nos sistemas de comunicação simples e ocorrem em todos os animais. O que caracteriza essas representações é que a função indicativa e a função imperativa não estão dissociadas; um só conteúdo responde pelo significado e pelo comando da ação. Tais representações são o modo pelo qual Millikan interpreta o conceito de *affordance*, concebido por James Gibson<sup>5</sup>. Trata-se de uma noção de representação que não envolve cálculo, nem mediação, nem inferência, somente apreensão de variâncias e invariâncias ambientais que guiam a ação. E embora o conceito de *affordance* seja geralmente pensado em oposição ao de representação,

---

<sup>5</sup> De acordo com Anderson & Chemero, "*Affordances* são características dos sistemas animal-ambiente e existem em tais sistemas apenas em virtude dos animais que têm as habilidades apropriadas para perceber e tirar vantagem dessa percepção". Não há, no entanto, como eles afirmam, consenso entre os gibsonianos sobre como interpretar o conceito de *affordance*. Segundo Chemero, sua interpretação é distinta da de Turvey, pois esse entende *affordances* como propriedades disposicionais do ambiente, cujas condições de atualização incluem as habilidades dos animais, enquanto ele entende *affordances* como relações entre as habilidades dos animais e as características do ambiente. Para efeito desse trabalho, basta que consideremos a caracterização não controversa entre os gibsonianos de que *affordance* são oportunidades para a ação (CHEMERO, A. & TURVEY, M., 2007, p. 473).

Millikan sustenta que representações *pushmi pullyu* não são representações do tipo criticado pelos gibsonianos (MILLIKAN, 2006, p. 159)<sup>6</sup>.

O fato de não ser capaz de tratar de representação de indivíduos é uma limitação da semântica informacional de Dretske, porque ela não dá conta de representações simples como as representações *pushmi pullyu*, que são representações de indivíduos, determinadas contextualmente.

De acordo com Millikan, os signos naturais locais são composicionais, no sentido de que possuem variáveis contextuais e que seus conteúdos são determinados composicionalmente, porque são determinados em função dos valores das variáveis que o signo exhibe. Desse modo, um signo local natural é contextual e sua significação é dada por um mapa semântico que expressa a relação do signo com o evento que ele significa. Essa relação é de isomorfismo, porque o signo é como um quadro abstrato do que ele representa, onde há uma relação de correspondência entre os elementos do signo e os elementos do evento (2006, p. 50). É essa relação de isomorfismo que faz com que os signos sejam produtivos, havendo uma parte do signo que permanece invariável nos contextos, e outra, que varia de contexto a contexto, mas que altera o conteúdo do signo. Signos, portanto, formam famílias, fazendo parte de um domínio: “Funções semânticas de mapeamento definem isomorfismos entre os possíveis conjuntos de signos em certo domínio de signo e o conjunto de possíveis significantes” (2006, p. 49). Mapas assim considerados não seguem o princípio de semelhança de primeira ordem, mas obedecem ao que Neander<sup>7</sup> chama de semelhança de segunda ordem. Esse tipo de semelhança não envolve compartilhamento de propriedades (característica dos signos de primeira ordem), mas um espelhamento das relações de similaridade e de diferenças entre os domínios considerados. Os elementos contextuais mais básicos já presentes em signos representacionais naturais simples são o tempo e o espaço, porém eles não são os únicos; de fato, todos os elementos variáveis de um signo representacional são contextuais. A interpretação de Millikan é a de que tanto a parte variável quanto a parte invariável fazem parte do conteúdo do signo representacional.

Assim, por exemplo, gansos voando para o sul pode ser um signo natural que informa a mudança de estação, a chegada do inverno. Há,

---

<sup>6</sup> “Gibsonianos têm geralmente assumido que, se houvesse tais coisas como representações internas, elas teriam de ser coisas calculadas, veículos de inferência e que, assim, percepção de *affordances* não envolvem representações internas. Porém, os processos internos que mediatizam a percepção e as respostas dadas para as *affordances* certamente envolvem representações *pushmi pullyu*, sendo essas muito mais primitivas do que as representações que os gibsonianos rejeitam” (MILLIKAN, 2006, p. 159).

<sup>7</sup> In *Resemblance redux*, capítulo do livro *Mental Representation*, ainda em preparação.

provavelmente, lugares em que os gansos não migram e, nesse caso, gansos voando para o sul não vão informar por meio do voo a chegada do inverno. A consideração da localidade em que ocorre o signo natural é o que permite individualizar o conteúdo da informação. Então, gansos voando para o sul no lugar  $l$ , no tempo  $t$ , significam a chegada de inverno no lugar  $l$ , no tempo  $t$  (MILLIKAN, 2006, p. 48).

O problema que aqui se apresenta é o de saber se o contexto deve ou não ser levado em conta para a determinação do conteúdo das representações. Em relação ao domínio da linguagem, não há consenso sobre a extensão do contextualismo. Alguns filósofos defendem um contextualismo mínimo, relacionado apenas à determinação do conteúdo das sentenças que contenham indexicais e demonstrativos, enquanto outros defendem um contextualismo radical, em que o contexto deve ser sempre levado em conta. Há, além dessas, muitas posições intermediárias como mostram Recanati e Pagin & Pelletier<sup>8</sup>.

O fato é que quanto mais uma representação, linguística ou não, é sensível ao contexto, mais o conteúdo informacional que ela carrega é individualizado e quanto mais independente do contexto é o conteúdo de uma representação, mais abstrato, mais geral, ele é. O conteúdo informacional de uma representação *pushmi pullyu*, tal como Millikan concebe, tem de incluir os elementos variáveis e invariáveis da informação para poder dar conta ao mesmo tempo do objeto ou do evento individual representado e da ação que dela sucede.

Nos casos em que as representações não são *pushmi pullyu*, e que as funções indicativas e as imperativas estão separadas, há lugar para representações mais abstratas, mas também úteis, uma vez que os animais também se tornaram capazes de produzi-las. É somente esse tipo de representação que Dretske considera ser cognitiva.

Dretske é um externalista, assim como Millikan, e como tal aceita que o conhecimento factual depende de fontes de informações externas ao sujeito para determinar seu conteúdo. Por isso, em *Externalism and modest contextualism*, admite o que chama de contextualismo modesto, aquele requerido apenas para sustentar o externalismo: “Dependendo do que alguém entenda por contextualismo, o externalismo o compromete com uma forma bem simples de contextualismo: Clyde, que acredita que  $P$ , sabe que  $P$  depende das condições – o contexto, se você quiser – no qual Clyde venha a acreditar que  $P$ ” (2004, p. 174). Contexto aqui entendido

---

<sup>8</sup> Para discussão sobre contextualismos e linguagem, ver: RECANATI, 2005 e PAGIN & PELLETIER, 2006.

epistemicamente significa condição, condição para a transmissão de informação. É o equivalente à denominada “condição de canal”, apresentada em sua obra *Knowledge and the flow of information*, onde reconhece que a exigência de equivocidade zero como condição para a transmissão da informação pode levar ao ceticismo, a uma descrença de que haja situações reais em que se possa ter certeza de que a informação tenha sido adquirida ou transmitida. Dretske afirma que a transmissão de informação depende dessas condições de canal, que não fazem parte da informação veiculada, e que, por isso, não são relevantes para a determinação do conteúdo informacional. Elas também não são geralmente levadas em conta ou conhecidas pelo sujeito cognitivo e seu conhecimento, caso ocorra, dá-se por uma via independente (DRETSKE, 1982, p. 115). Porém, elas devem ser consideradas uma vez que é sempre possível que essas condições não sendo satisfeitas afetem o resultado final da transmissão da informação. É assim que elas devem ser consideradas contextuais, apenas num sentido fraco, na medida em que essas condições não dizem respeito à informação adquirida pelo indivíduo, mas são relativas às condições de transmissão da informação, sendo, nesse sentido, objetivas, ou seja, não representacionais<sup>9</sup>.

De fato, o que Dretske considera contextualismo no sentido modesto se adequa ao que Recanati denomina de uma forma trivial de contextualismo. Esse é o caso do contextualismo requerido por qualquer forma de externalismo, caracterizando apenas uma dependência puramente trivial entre o estado mental do sujeito e o ambiente. Já essa dependência não é controversa, uma vez que ela revela apenas a dependência que o conteúdo da representação mental tem do ambiente, seja o ambiente em que as espécies evoluíram, seja o ambiente em que o conceito em questão foi adquirido: “o conteúdo de um *type* de estado mental depende do ambiente – a saber, do que normalmente causa um *token* desse *type*” (RECANATI, 2007, p. 21). Já para Millikan, a abordagem de Dretske é não contextualista e a razão apresentada é a de que sua proposta não abarca as representações de indivíduos.

Em *Knowledge and the flow of information*, Dretske afirma: “o símbolo *token* herda o seu significado do símbolo *type* do qual é *token*; e o símbolo *type* tem o papel de carregar informação independentemente do

---

<sup>9</sup> Para Dretske, um contextualismo forte não consideraria somente as condições em que se encontra o sujeito cognoscente, mas a posição daquele que atribui ou descreve o conhecimento. No entanto, não seria necessário deslocar-se o centro de avaliação para combater o cético, bastaria que se levasse em conta as alternativas relevantes que se apresentassem para o sujeito do conhecimento.

sucesso (se houver algum) de seu *token* de carregar essa informação” (DRETSKE, 1982, p. 206). Uma representação F é uma estrutura mental interna tipo que adquiriu, por meio de experiência, a função de indicar ou informar algo para um organismo. Espécimes desse tipo possuem o conteúdo semântico “F”, quer dizer, representam algo como “F” e estão articulados às respostas dos organismos.

Esse procedimento estaria presente apenas nos casos de experiências por meio de aprendizado, do tipo pelo menos de condicionamento operante, em que a resposta comportamental se altera de acordo com o reforço positivo ou negativo. Em *Explaining Behavior*, Dretske fornece o exemplo do pássaro que passou a evitar comer borboletas do tipo Monarch depois de ter tido experiências desagradáveis ao ingerir uma delas. Após certo tempo, ele passou a evitar borboletas semelhantes à Monarch. Isso seria suficiente para se afirmar que esses pássaros adquiriram a capacidade de gerar representações desse tipo e seria correto apelar para elas para explicar seu comportamento. Por serem empregadas em casos particulares novos e diferentes daqueles que deram origem à representação, elas têm caráter geral e são relativamente independentes do estímulo inicial<sup>10</sup>.

Fica claro que nesse tipo de representação os indivíduos são representados a partir das propriedades ‘tipo’ que a eles se aplicam e que o contexto não tem papel relevante na determinação do conteúdo da representação.

Representações ‘tipo’ são representações predicativas, gerais, muitas vezes associadas à representação conceitual, porém, isso não significa que dependam de aquisição de linguagem.

Como mostraram Newen & Bartels (2007), baseados em pesquisas empíricas como as desenvolvidas a partir dos estudos com o papagaio Alex, realizados por Irene Pepperbeck, e com bonobos e o chimpanzé Kanzi, é possível se distinguir entre representações proposicionais e representações conceituais. Os critérios para que se tenha representação conceitual incluem: (1) a capacidade de identificar e reidentificar objetos e propriedades; (2) independência em relação aos estímulos; (3) o uso das representações em novas situações. De acordo com os autores, esses três critérios seriam suficientes para se reconhecer a capacidade de nomear indivíduos ou identificar objetos com base em propriedades, mas não seriam

---

<sup>10</sup> Não discutirei se o exemplo fornecido por Dretske é de fato de um condicionamento operante ou meramente instrumental. O que importa é que Dretske está demarcando com o condicionamento operante o ponto a partir do qual se poderia apelar ao conteúdo semântico para explicar o comportamento.

ainda suficientes para se ter conceitos. O quarto critério exige (4) que a representação conceitual faça parte de uma rede semântica mínima. Assim, não seria suficiente distinguir e identificar particulares em relação a uma representação geral, seria necessário também distinguir entre distintas representações gerais (*types*) (2007, p. 296). Isso porque só se poderia afirmar que a submissão do particular a uma representação geral foi correta, se ela pudesse ter sido incorreta, ou seja, submetida a outra representação geral. As representações proposicionais, por sua vez, são dependentes da existência de uma linguagem natural, elas envolvem a combinação de pelo menos dois conceitos, são sistemáticas, obedecem ao princípio de generalidade proposto por Gareth Evans (1982), são produtivas e independentes de estímulo (2007, p. 299).

As representações ‘tipo’ às quais me refiro neste artigo requerem apenas a satisfação dos três primeiros critérios apresentados por Newen & Bartels. Se isso é ou não suficiente para se ter conceitos não é tema deste artigo, mas vale observar que, de acordo com a posição de Dretske em *Explaining behavior*, esses três critérios são suficientes para caracterizar uma representação como conceitual.

A distinção entre Dretske e Millikan se dá com relação ao modo como eles compreendem o conteúdo de uma representação simples, ou seja, com relação a representações que satisfazem apenas aos três critérios discriminados por Newen & Bartels. De acordo com Millikan, essas são representações *pushmi pullu* e se caracterizam por incluírem em seu conteúdo as variáveis contextuais, representando, por isso, indivíduos.

De acordo com Dretske, o conteúdo de uma representação não informa sobre o objeto que ela visa, mas sobre as propriedades do objeto, propriedades que poderiam ser de outro objeto, pois o objeto varia de contexto a contexto. Os elementos contextuais não estão presentes no conteúdo das representações, mas são eles que individualizam a representação. Quer dizer, o conteúdo por si só não é suficiente para individualizar o objeto da representação, porque esse conteúdo é determinado apenas pela informação que ele contém e essa remete a propriedades de objetos e não a objetos. São os elementos contextuais que dizem respeito às relações externas entre o conteúdo da representação e o mundo que permitem a individualização do objeto.

Desse modo, as representações são espécimes (*tokens*) de um mesmo tipo (*type*) que estão relacionadas a um objeto ou até a nenhum objeto, caso não haja objeto, pois o objeto pode existir ou não. Nesse sentido, diz Dretske: “representações têm sentido (propriedades que elas têm função de indicar) e, frequentemente, referência (objetos cujas propriedades elas representam)” (DRETSKE, 1995b, p. 23).

O papel do contexto é determinar a referência, ou seja, especificar o objeto representado e não determinar o conteúdo da representação. Como o valor de verdade da representação depende de se determinar de que objeto se está tratando, então, o valor de verdade é determinado contextualmente, mas não o conteúdo (1995b, p. 26).

Além disso, de acordo com Dretske, só deve ser atribuído valor semântico ao conteúdo representacional nos casos em que se possa responsabilizar o conteúdo representacional pela ação ou pelo comportamento (*output*) do indivíduo. Estão excluídos desse grupo todos os casos de comportamentos que não são gerados por meio do aprendizado individual (*learning*), porque o indivíduo tem de ter o controle sobre sua ação e estar apto a mudar de comportamento diante de situações novas. Só nesses casos haverá um papel cognitivo do conteúdo representacional. Só nesses casos esse conteúdo terá um papel explicativo relevante no comportamento do indivíduo, porque ele terá adquirido certa autonomia em relação às propriedades físicas internas responsáveis pela produção da ação e do comportamento. Isso não ocorreria se o comportamento fosse fixado geneticamente, uma vez que ele não seria mais modificável, pois ainda que a conexão entre o ação ou comportamento e a representação deixasse de existir, o animal se comportaria do mesmo modo.

Podemos, então, inferir que, de acordo com Dretske, o conteúdo de muitas das representações *pushmi pullyu* de que Millikan fala não teriam papel cognitivo, não seriam intencionais. Consideremos o exemplo do castor por ela analisado. Ao fazer o movimento adequado com a cauda, um indivíduo castor faz com que outro indivíduo castor tenha o comportamento adequado de fuga. Essa forma de comunicação entre indivíduos é um exemplo de um tipo de signo intencional *pushmi pullyu* que não envolve nenhum aprendizado (MILLIKAN, 2002, p. 7). Há também o exemplo de uma rã, cujo impulso neural *pushmi pullyu* que leva à projeção da língua do animal não é inibido nem mesmo quando o animal está saciado. Trata-se, diz Millikan de um comando incondicional (2006, p. 164). Dretske julgaria por essa razão que não seria adequado apelar para o conteúdo da representação a fim de explicar nenhum desses comportamentos.

O problema que se apresenta é que temos duas abordagens acerca das representações simples que se distinguem em sua essência. A abordagem de Millikan é a de que as representações simples presentes em todos os animais são *pushmi pullyu*, nas quais as funções indicativas e imperativas não estão separadas, sendo elas representações de indivíduos, e não representações gerais. A visão de Dretske é a de que só há papel

cognitivo das representações simples quando elas são fruto de aprendizado individual e originam representações tipo, de caráter geral.

A meu ver, as posições de Millikan e de Dretske não são excludentes, embora sejam distintas. É possível se conceber que haja nos animais tanto capacidades para formar representações *pushmi pullyu*, tal como Millikan descreve, quanto representações tipo, tal como concebe Dretske.

Creio que a crítica de Millikan a Dretske com relação a esse ponto não se sustenta, pois não é razoável afirmar que animais não humanos só são capazes de representações *pushmi pullyu*. Há muito aprendizado individual e coletivo entre animais não humanos que originam atividades cognitivas que não são explicáveis a partir dessas representações. Portanto, nem todas as representações presentes nos animais não humanos são *pushmi pullyu* e, conseqüentemente, nem todas as representações em animais não humanos são contextuais no sentido que *pushmi pullyu* o são. Como diz a própria Millikan, nas representações que não são *pushmi pullyu*, as funções indicativas e as imperativas estão separadas e dão lugar a representações mais abstratas e menos diretamente vinculadas ao uso prático.

Segundo Millikan, a separação plena entre representação de fato e representação de ação se encontra apenas na espécie humana, com a distinção entre crenças e desejos. Podemos ter crenças sobre coisas que não estejam relacionadas com nenhum tipo de utilidade prática e desejos que sabemos que jamais se realizarão (MILLIKAN, 2000, p. 6). As crenças envolvem conceitos e supõe a capacidade de representar predicativamente, ou seja, da capacidade de formar uma estrutura sujeito-predicado, em que o predicado está sujeito à transformação negativa (*Idem*, 2006, p. 221). Possivelmente, diz ela, isso só ocorre com a aquisição da linguagem proposicional.

No entanto, se Dretske tem razão, há formas de aprendizado em animais que introduzem uma dimensão intermediária entre as representações proposicionais e a representações *pushmi pullyu*<sup>11</sup>.

A questão é saber se os conteúdos dessas representações intermediárias também são contextuais, como o são os conteúdos das

---

<sup>11</sup> Para Millikan, conceitos são habilidades. A capacidade de usar conceitos não está restrita à espécie humana, mas o uso de conceitos por outras espécies animais é limitado, restringindo-se aos conceitos de substância, cuja função é permitir o reconhecimento e a reidentificação de objetos e propriedades sem envolvimento de capacidade de classificação ou de categorização que seria uma função secundária do conceito. Além disso, essa capacidade de uso de conceitos permanece ligada aos fins específicos de uso do animal, não rompendo inteiramente com o modelo representacional *pushmi pullyu* (MILLIKAN, 2006, 212).

representações *pushmi pullyu*. A meu ver, tais conteúdos não devem ser considerados contextuais nesse sentido. Concebê-los como não contextuais, fornece uma explicação mais adequada até mesmo para alguns exemplos analisados por Millikan do que a suposição de que são contextuais.

Millikan afirma que, no caso de animais pré-linguísticos, o critério de identificação e de reidentificação de um objeto que se apresenta em momentos e lugares diferentes como sendo o mesmo objeto é prático. Isso significa que a representação de algo como sendo o mesmo indivíduo ocorre mesmo quando se trata de indivíduos diferentes. Por exemplo, ela diz que seu gato vê todos os cachorros como um mesmo cachorro, quer dizer, como o mesmo indivíduo. A razão é que se dois objetos funcionam do mesmo modo quando usados do mesmo modo, então, são o mesmo objeto para aquele que usa: “Pelo critério da prática, se dois objetos funcionam do mesmo modo quando usados da mesma maneira, eles são o mesmo; se eles funcionam diferentemente ou tem de ser usados diferentemente, então, são diferentes” (*Idem*, 2006, p. 219).

Penso, no entanto, ser uma explicação melhor para os casos de capacidade de identificação e reidentificação em animais sem linguagem considerar que o que está sendo identificado e reidentificado não é um indivíduo como o mesmo, mas uma ou mais propriedades comuns a indivíduos de um mesmo tipo. Tais animais capazes de formar representações primitivas não representam indivíduos por não serem capazes de distinguir um indivíduo de outro e, não sendo capazes de distinguir, também não são capazes de reconhecê-los como sendo o mesmo.

Representações *pushmi pullyu* não seriam, então, representações de identificação ou reidentificação por serem representações de espécime, vinculadas a certo objeto, evento ou propriedade de um objeto em certo contexto. As representações tipo são representações de propriedades, representações gerais aplicáveis a diferentes indivíduos e é por meio delas que se pode identificar algo como sendo do mesmo tipo.

O critério oferecido por Millikan para conceber as representações *pushmi pullyu* como representações de indivíduos requer a incorporação das variáveis contextuais ao conteúdo da representação. Porém, é muito claro que no exemplo do gato e em todos os outros semelhantes, a situação varia, as variáveis contextuais de tempo e de lugar, entre outras, têm seu valor alterado a cada novo encontro com outro objeto. Então, o contexto muda, o objeto muda, e o conteúdo representacional tem de mudar porque ele contém as variáveis contextuais. O animal não tem capacidade para distinguir esses indivíduos, por isso, parece-me, eles também não são

capazes de identificá-los nem como sendo o mesmo individuo nem como sendo outro.

Creio que, para explicar os casos de identificação e reidentificação de objetos como sendo o mesmo ou como sendo distintos, a abordagem que recorre à formação de representações tipo, como a de Dretske, é mais adequada. Ela não é contextual no sentido que o contexto desempenha papel apenas na determinação do objeto, e não do conteúdo.

Assim, se for correto pensar que quanto mais uma representação é sensível ao contexto, mais o seu conteúdo informacional é individualizado e quanto mais abstrata for a representação, mais independente do contexto é o conteúdo que ela carrega; então, Millikan está correta ao analisar as representações *pushmi pullu* simples como contextuais, mas se equivoca ao estendê-las para os casos de identificação e reidentificação, pois esses parecem ser mais bem explicados recorrendo-se às representações tipo.

## Referências

- CHEDIAK, K. “Funções e explicações funcionais em biologia”. In: ABRANTES, P. *Filosofia da Biologia*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- CHEMERO, A. & TURVEY, M. T. “Gibsonian affordances for roboticists”. *International Society for Adaptive Behavior*, v. 15, 4, 2007, p. 473-480.
- DRETSKE, F. “Externalism and modest contextualism”. *Erkenntnis* 61, 2/3, 2004, p. 173-186.
- \_\_\_\_\_. *Explaining behavior. Reasons in a world of causes*. Cambridge: MIT Press, 1995a.
- \_\_\_\_\_. *Knowledge and the flow of information*. Cambridge: MIT Press, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Naturalizing the mind*. Cambridge: MIT Press, 1995b.
- EVANS, G. *The varieties of reference*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1982.
- McLAUGHLIN, B. “Belief and belief content”. In: McLAUGHLIN, B. *Dretske and his critics*. Cambridge: Blackwell, 1991, p. 157-179.
- MILLIKAN, R. “A common structure for concepts of individuals, stuffs and real kinds: More mama, more milk, and more mouse”. In: MARGOLIS, E. & LAURENCE, S. *Concepts. Core readings*. Cambridge: MIT Press, 1999, p. 525-547.
- \_\_\_\_\_. *On reading signs, some differences between us and the others*. <http://www.philosophy.uconn.edu/department/millikan/lorenz.pdf>, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Reply to Recanati”. In: *Philosophy ad phenomenological Research*, 75. 3, 2007, p. 682-691.

\_\_\_\_\_. *Some different ways to think.*

<http://www.cognitivequestions.org/millikanthink.html>

\_\_\_\_\_. *Varieties of meaning.* Cambridge: MIT Press, 2006.

NEANDER, K. *Mental representation.* Cambridge: MIT Press, next coming.

NEWEN, A. & BARTELS, A. "Animal minds and the possession of concepts". *Philosophical Psychology*, 20, 3, 2007, p. 283-308.

PAGIN, P. & PELLETIER, J. "Content, context and composition" <http://www.sfu.ca/~jeffpell/papers/jeffandpeter9c.pdf>, 2006.

RECANATI, F. "Millikan's theory of signs". *Philosophy and phenomenological Research*, 75, 3, 2007, p. 674-681.

\_\_\_\_\_. *Perspectival thought.* Oxford: Oxford Univ. Press, 2007.

Email: kachediak@gmail.com

Recebido: 11/2013

Aprovado: 02/2014